

INTERFACES E (OUTROS) OLHARES DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR: PROBLEMATIZAÇÕES ENTRE DISCURSOS E PRÁTICAS

Dayana de Oliveira Arruda

dayanaarruda@gmail.com Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
CAPES

Antônio Carlos do Nascimento Osório

antonio.osorio@ufms.br Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Resumo

Este texto articula problematizações no que tange a interfaces da inclusão em um dado ambiente escolar, como aproximações resultantes de uma pesquisa de mestrado concluída, que analisou discursos e práticas sociais e culturais exercidas no Projeto “Travessia Educacional do Jovem Estudante Campo-grandense” (TRAJE), operacionalizado na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul, na Instituição denominada Escola Osvaldo Cruz. Utilizamos dos referenciais teórico-metodológicos foucaultianos na realização processual do estudo de caráter empírico-analítico e de tipo etnográfico, cujas sínteses apresentamos. Constatamos que o Projeto esquadrinhado em suas reais dinâmicas, propõe e incute sob discursos de escolarização e guarda, complexos exercícios de in/exclusão.

Palavras-chaves: Projeto Traje; práticas; inclusão.

Introdução

Este texto apresenta o arranjo de aproximações e sínteses possíveis, como resultados de um dado movimento entre problematizações, intersecções epistemológicas e empírico-analíticas, empreendido em vistas a uma pesquisa que perscrutou discursos e práticas sociais e culturais exercidas no Projeto intitulado “Travessia Educacional do Jovem Estudante Campo-grandense” (TRAJE), constituído como estratégia singular de escolarização sob dadas relações de saberes e poderes, operacionalizado na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul, na Instituição denominada Escola Osvaldo Cruz. (ARRUDA, 2018).

Estratégia de escolarização cujo propósito constatado em dispositivos pedagógicos acessados e analisados correspondia, nas configurações do tempo-espço investigado dos anos de 2016 e 2017, à inclusão social e elevação de níveis de escolaridade de determinados sujeitos jovens na faixa etária dos 15 aos 17 anos em distorção idade/ano/série, pela condição de acesso, permanência e conclusão em um modelo de escolarização considerado diferenciado e ajustado

do ensino fundamental regular e sequencial, com discursos, exercícios e dinâmicas particulares. (CAMPO GRANDE, 2011).

O Projeto Traje, em suas práticas e discursos institucionais e pedagógicos verificados, aglutinava (jovens) estudantes que a escola, ora vislumbrada em sua amplitude quanto ao processo de escolarização propriamente dito, sequencial, regular e pertencente a um almejado fluxo contínuo e necessariamente progressivo de ensino-aprendizado na idade certa conforme padrões e normativas vigentes – não conseguiu ou não desejou fazer permanecer em seus quadros por diferentes fatores e incongruências individuais e sociais.

Determinantes que apontaram, nos exercícios do Projeto estudado, a implementação de uma proposta de escolarização dita inclusiva e diferenciada e, portanto, direcionada a um seletivo grupo de sujeitos, com modificações e adequações de elementos tangenciados pela educação de jovens e adultos, por compreender movimentos de caráter compensatório, dimensões e formatos transversais, enquanto uma estratégia cujos princípios versavam principalmente sobre a recuperação de níveis de ensino, aceleração e terminalidade.

Neste campo de realidades, problematizamos operatividades institucionais, sociais e culturais, na pretensão de vislumbrar interfaces e outros olhares às condições de existência e campos estratégicos como encadeamentos constitutivos no Projeto Traje, expressos em relações entre fazeres, saberes e poderes, quase sempre difusas e contraditórias – movimento oportunizado e alinhavado pelos referenciais teórico-metodológicos foucaultianos, entendidos e utilizados em seus determinantes, tentativas de teorizações e estratégias investigativas e analíticas, como caixa de ferramentas. (FOUCAULT, 2010a).

A extensão do estudo a partir do qual exploramos algumas sínteses, se configurou em processo como de tipo etnográfico, de caráter empírico-analítico e documental, apresentando como fontes profícuas, elementos de documentos institucionais, achados e registros de entrevistas individuais e discussões em grupo realizadas de modo aberto e exploratório com sujeitos do espaço estudado – como estudantes, gestores, coordenadores pedagógicos e docentes –, bem como procedimentos observacionais. (ANDRÉ, 1995).

O movimento arqueológico e genealógico de escavar e fazer emergir diferentes causalidades, discursividades locais e respectivas condições históricas e sociais de modo descontínuo, investidas entre relações de saberes e poderes como exercícios do Projeto Traje, desmistificou ações efetivas e por vezes não ditas, ou ainda não identificadas como tais, em seus próprios termos, fluxos, modificações e transformações.

Elementos que fazem deste, um estudo histórico, e neste sentido:

A história que não é estrutura, mas vir a ser; que não é simultaneidade, mas sucessão; que não é sistema, mas prática; que não é forma, mas esforço incessante de uma consciência retomando a si mesma e tentando se ressarcir até o mais profundo de suas condições [...]. (FOUCAULT, 2013, p. 89).

No que tange ao campo estudado em seus exercícios reais, dinâmicos e ao mesmo tempo singulares, e em face das possibilidades analíticas de inspiração foucaultiana como ferramentas que redimensionaram e (des)regularizaram as condições de existência de um dado espaço-tempo, oportunamente apresentado e anunciado como de caráter educativo escolar, diferenciado e inclusivo, problematizamos jogos de verdade que em si, correspondem a regras de produção da verdade.

A palavra “jogo” pode induzir em erro: quando digo “jogo”, me refiro a um conjunto de regras de produção da verdade. Não um jogo no sentido de imitar ou de representar...; é um conjunto de procedimentos que conduzem a um certo resultado, que pode ser considerado, em função dos seus princípios e das suas regras de procedimento, válido ou não, ganho ou perda. (FOUCAULT, 2010c, p. 282, grifos do autor).

Estes jogos, por sua vez, foram compreendidos no (des)encadeamento identificado entre o proposto mediante discursos extraídos de marcos regulatórios e seus dispositivos pedagógicos, *versus* práticas sociais e culturais exercidas, em que pese a materialidade empiricamente constatada de operatividades postas em suas tramas de relações de saberes e poderes próprios, investimentos em vistas a um conjunto de sujeitos em suas subjetividades e pluralidades – estudantes, jovens do Projeto Traje.

Sujeitos não vislumbrados como vítimas ou quaisquer derivações que possam emergir de apontamentos de cunho pretensiosamente moral, o que não correspondeu a nossos objetivos e delineamentos – de processos e determinações aos quais são/estão submetidos, mas percebidos na relação sempre simultânea e ativa, sobre os quais se dispõe “[...] diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis.” (FOUCAULT, 1995, p. 243).

Embora controlados, pontual e ocasionalmente implicados e submetidos como objetos das práticas normalizadoras da Escola Municipal Osvaldo Cruz na consecução do Projeto, os jovens do Traje constituem e sugerem em suas possibilidades (ou não) de travessia, de estada no ambiente social e cultural do mesmo, práticas de liberdade, escapes, modos de (sobre)vivência abarcados por regras e normas próprias e em si mesmas, ajustadas às suas condições singulares, extrapolando dado aparato técnico e pedagógico – articulações,

condições, efeitos e possíveis superações e adequações das relações e práticas (des)ajustadas, problematizadas como exercícios.

Mediados por incertezas, questionamentos e rupturas, os sentidos desencadeados pela problematização como recurso inscrito neste texto, evidenciam uma dada liberdade de pensamento em Foucault, pela tarefa de resgatar, questionar e exaurir as condições de existência, regularidade e racionalidade de certas práticas e discursos, enquanto objetos de reflexão e análise – às maneiras como estão calcadas, suas relações de poderes e saberes, em um tempo e espaço de domínio local.

Neste sentido, para Foucault (2010b, p. 242):

Problematização não quer dizer representação de um objeto preexistente, nem tampouco a criação pelo discurso de um objeto que não existe. É o conjunto das práticas discursivas ou não discursivas que faz alguma coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso e o constitui como objeto para o pensamento (seja sob a forma da reflexão moral, do conhecimento científico, da análise política etc.).

Deste modo, e para efeitos das interlocuções ora apresentadas como encadeamentos, ajustamos as considerações que seguem com a gama de achados e informações articuladas a analisadas em face dos referenciais foucaultianos, procedimentos e técnicas de pesquisa constitutivos em si e em suas conjunturas e interferências múltiplas.

Inclusão em xeque: entre discursos e práticas

Trata-se de fazer a análise de um "regime de práticas" – as práticas sendo consideradas como o lugar de encadeamento do que se diz e do que se faz, das regras que se impõem e das razões que se dão, dos projetos e das evidências. (FOUCAULT, 2010d, p. 338, grifo do autor).

As práticas sociais e culturais esquadrihadas no Projeto Traje como exercícios correntes, reais e dinâmicos, corresponderam a encadeamentos que, em verdade, sustentavam uma realidade característica e singular de um espaço escolar atravessado por diferentes trajetórias, exercícios e modos multifacetados de vida, atitudes e (re)ações individuais e coletivas, manifestas ou não, em um cotidiano (de)marcado por processos de inclusão em detrimento dos sujeitos (estudantes).

Diretamente aliado às práticas institucionais e suas conjunturas exploradas, os discursos da inclusão visam arrebanhar os indivíduos às tramas de controle e disciplinamento, materializados nos aportes das instituições e suas convenções culturalmente estabelecidas por meio de documentos (dispositivos) jurídico-educacionais, regimentos, normas e regras.

Inclusão que classifica, seleciona e localiza, que emerge sob discursos de proteção, escolarização e guarda, uma potencial estratégia escolar de recuperação e ajuste de situações, corpos, comportamentos, níveis de escolaridade e conjunturas outras não menos consideradas adversas – não existem práticas de inclusão, sem exercícios de exclusão. (OSÓRIO, 2007).

São configurações institucionais historicamente constituídas, intrínsecas aos espaços e atribuições escolares como outros multifacetados espaços de saber-poder, na materialidade muitas vezes sutil de ações, programas, projetos e políticas de caráter inclusivo, que por sua vez tem como foco o devido atendimento a demandas, reivindicações e anseios de determinados indivíduos e ordenamentos coletivos.

Neste ínterim, verificamos que o Projeto Traje aglutinava características de enfoque socialmente negativizado e de marginalização, dissimuladas sob o discurso do direito e decorrente acesso e garantia de todas as pessoas a uma educação escolar de qualidade, pelos marcos regulatórios vigentes. Espaço institucional, como outros em suas características e especificidades, em permanente constituição e aprimoramento, que conjecturava, desta maneira, multiplicidades dispostas, a princípio, em diferentes arranjos e desordens.

Neste caso, afirma Osório (2010, p. 137) que a instituição escolar:

[...] deve sim ser entendida a partir dos eventos que circunscrevem o processo de existência coletiva e individual, pelos valores culturais impostos, pelas verdades instituídas, pelos processos de tentativas de normalização e regularização, em busca de um controle permanente, seja pelo Estado, pelo próprio capital, pela família, pela religião e demais estruturas sociais.

Desse modo, foi possível vislumbrar o espaço (escolar) como referência imediata que conduz à proteção contra possíveis perigos e injustiças sociais, *locus* historicamente constituído sob demandas e anseios sociais e políticos, para fins de instrução, (re)produção e certificação de conhecimentos, habilidades e competências – configurada institucionalmente como restrito a determinados propósitos, interesses e práticas, sendo estas respaldadas por regulamentações técnico-pedagógicas e toda ordem de dispositivos e normativas.

Condições e contradições que delineiam processos de in/exclusão, engendrados pelas instituições escolares e seus domínios que em verdade, ultrapassam encargos, possíveis e esperadas finalidades, suas resolutividades e garantias, estabelecidas no bojo de princípios, objetivos e metas, por políticas governamentais e respectivos serviços segmentados, dispersos e assim destinados a determinados estratos sociais.

Aspectos que tangenciaram diferentes atribuições, sentidos e significados à Escola Municipal Osvaldo Cruz e em especial ao Projeto Traje na configuração investigada, e de modo potencialmente estendido, ao público de estudantes matriculado neste espaço institucional-

escolar, independentemente da comprovação ou não de suas diferentes distorções para além de processos de ensino-aprendizagem.

Espaço-tempo culturalmente estigmatizado, reservado a um público (de jovens) considerado periférico, não esperado e principalmente, marginalizado por condições outras de existência, configuração institucional cujas finalidades e propósitos extrapolam aos limites pedagógicos e, principalmente, ao previsível em marcos regulatórios e seus dispositivos – são suas práticas efetivas, portanto, exercidas. Neste sentido, foram observados em face do movimento empírico-analítico do estudo realizado, diferentes contextos em que pesem (des)ajustes em detrimento de estudantes do Projeto Traje, das quais destacamos como recorrentes, um conjunto identificado de indisciplinas.

Estas, por sua vez, foram constatadas como circunscritas em atitudes, gestos, posturas e comportamentos considerados ilícitos, inadequados e (des)ajustados, portanto, anormais ou desviantes, de maior ou menor intensidade, preponderantemente associadas ao uso de drogas no interior do ambiente escolar, e também atitudes individuais e em grupo como não permanecer em sala de aula nos momentos e horários estipulados, promover conversas e agitações que incitavam outros estudantes e atrapalhavam o andamento de aulas e demais atividades, entre diferentes exercícios e seus efeitos – práticas entremeadas ainda por desobediências e desrespeitos a funcionários da Escola, entre outras disposições, movimentos e suas intercorrências – composições da engrenagem institucional perscrutada.

Configurações que abarcavam, principalmente, características e respectivas conjunturas outras, que em si mesmas ultrapassavam o processo propriamente dito de escolarização e decorrente processo orientado à correção de fluxo escolar, direcionado ao ensino e à recuperação de níveis de aprendizagem, e estigmatizavam o Projeto Traje como tecnologia aprimorada de tentativas de disciplinarização e correção de distorções individuais, sociais e culturais específicas.

Vislumbramos, neste ínterim, tecnologias de controle e disciplinamento enquanto nexos de uma engrenagem como já ressaltado, as quais atravessam e marcam os significados do Projeto, pela existência conjunta e simultânea de estratégias de controle e vigilâncias hierárquicas, sobretudo da parte de docentes e coordenadores pedagógicos – mecanismos empreendidos como observações ininterruptas especialmente em função do uso de drogas e seus desdobramentos e implicações no interior da Escola, conjugadas a um campo documental-descritivo configurado no chamado Livro de Ocorrência, que por sua vez comporta registros,

traços singulares efetivamente documentados, resguardados como métricas e saberes constituídos em vistas de determinados sujeitos (estudantes).

Atitudes intrínsecas como práticas vislumbradas no Projeto, que versavam sobre (inter)relações de caráter coletivo e individual, tangenciadas por interesses aprioristicamente antagônicos ao processo de ensino-aprendizado, proposto por interfaces dos dispositivos pedagógicos, paralelas às concessões, ações sobre ações, ajustes, maneiras difusas e multifuncionais de permanência de jovens e demais atores e agentes institucionais a seus modos e possibilidades, no espaço-tempo estudado.

Deste modo, constatamos que estes jovens em sua multiplicidade, compõem uma dada sincronia de percepções sociais e culturais que demarcam o Projeto Traje investigado em suas práticas exercidas, como orientado e efetivamente reservado a sujeitos (estudantes) marginalizados em diferentes esferas da vida, anunciando “[...] determinado grau de seletividade que enfatiza a diferença pelo preconceito, como estratégia de segregação social, visando, constantemente, a uma exposição coletiva ou individual.” (OSÓRIO, 2007, p. 302).

Esta rede de relações é inerente à constituição dos sujeitos (estudantes) em toda sua complexidade, permeando sua existência conflituosa e por vezes problemática, perante outros sujeitos, diferentes, mas complementares a si. Indivíduos constituídos e constituintes do referido espaço e (em) suas características e arranjos singulares, produtos de determinados interesses, finalidades, propósitos e ao mesmo tempo, de relações e maneiras de vivenciar e transitar por regramentos, anseios, expectativas, idealidades de uma proposta educativa.

Descompasso evidenciado em detrimento do público de jovens do Projeto Traje, suas características de cunho individual e coletivo que desembocam em culturas, comportamentos e modos de vida diferentes e por isso, excludentes, e ao mesmo tempo correlatos e divergentes entre si – para os quais versam (outros) propósitos institucionais, estrategicamente orientados por tentativas de controle e disciplinamento, sobre os quais as diferenças são postas em evidência, em vistas a melhores formas de exame e seleção.

Configurado como técnica disciplinar que ritualiza todo esse esquema operatório no que concerne a maneiras das mais intrínsecas de apropriação e controle dos corpos em suas disposições, Foucault (2014, p. 187, grifos do autor) refere-se ao exame como variante de poder que sob códigos imersos em campos de saberes, permite (d)escrever os indivíduos em suas minúcias, “[...] estatutariamente ligado aos traços, às medidas, aos desvios, às “notas” que o caracterizam e fazem dele, de qualquer modo, um “caso”.”

Ao estabelecer parâmetros para conhecer os indivíduos em suas diferenças, individualidades e potencialidades (ou efetivas deficiências) – uma vez que não se dá na igualdade – o exame se constitui como técnica efetiva cujo propósito é verdadeiramente selecionar, classificar, estabelecer esferas de domínios (poderes) e respectivas coerções, sempre no bojo das disciplinas e seus implícitos, forjando processos de in/exclusão em contradições e complexidades nem sempre evidentes.

Alinhando algumas problematizações

Diante disto, as tecnologias de controle e disciplinamento, delineadas como operatividades institucionais-escolares no Projeto Traje, estão configuradas em um movimento constante de ajustes e (re)elaborações em face de determinados interesses, que visam garantir estruturas de poderes vigentes, articulados e rotulados sob discursos de inclusão dos quais emergem tentativas de superação, guarda, proteção, garantidas e resolutividades de problemáticas sociais postas.

Contraditoriamente, atitudes intrínsecas como práticas vislumbradas no Projeto Traje, versam sobre (inter)relações de caráter coletivo e individual, tangenciadas por interesses aprioristicamente antagônicos ao processo de ensino-aprendizado, proposto por interfaces dos dispositivos pedagógicos, paralelas à concessões, ações sobre ações, ajustes, maneiras difusas e multifuncionais de permanência de jovens e demais atores e agentes institucionais a seus modos e possibilidades, no espaço-tempo estudado.

Investimentos simultâneos e não menos constantes e ao mesmo tempo ininterruptos, em pertinência de modo ainda mais resolutivo ao domínio das práticas e suas dinâmicas, sobretudo e de modo aflorado, conforme apurado, àquelas alusivas ou correlatas ao uso de drogas e conjuntos específicos de indisciplinas, condições (típicas) históricas, individuais e sociais, envolvidas nas mobilidades de sujeitos e ações, como engrenagem de práticas exercidas no Projeto Traje em si.

Discursos e práticas que pouco incluem, ou ainda, em uma perspectiva contraditória às suas finalidades, objetivos e pressupostos, em verdade, excluem determinados jovens ao agrupá-los, selecioná-los e ordená-los, em um espaço singular, sob conjuntos específicos de características e marcas, os quais passam a frequentar e compor o ambiente escolar assim vislumbrado, por motivos, finalidades e disposições alheias e difusas às pretensões e ideativos previamente estabelecidos.

Constatamos assim, que o referido Projeto como espaço institucional escolar específico e local (micro), propõe sob discursos e exercícios cotidianos de tentativas de proteção, escolarização e guarda, em verdade, regularizar condutas e docilizar corpos – em uma evidente sustentação e reprodução de uma gama de problemáticas e complexidades políticas, sociais e culturais de âmbito macro. Operacionalidades em (des)compasso a enfrentamentos, resistências, ações, incidências de liberdade e seus salutares efeitos, engendrados cotidianamente e ainda assim de modos distintos, pelos sujeitos envolvidos.

Entendemos que os exercícios constatados no Projeto Traje conduziram interfaces de uma Proposta unilateralmente pensada não pela real inovação e possíveis melhorias nas condições de vida de seu público-alvo e suas respectivas demandas – jovens considerados excluídos de outros processos de formação escolar, amplamente situados no bojo de processos de exclusões e desigualdades, de ordens econômicas, culturais, individuais e sociais.

Ao contrário, um Projeto efetivamente pensado, elaborado e operacionalizado para e pelas condições de exclusão, em uma sistemática própria de seus discursos e exercícios, sobretudo, pela adequação de um padrão de educação ou de escolaridade, com base em moralidades instituídas e suas verdades impositivas, que se propõem pragmáticas, corretivas e quase sempre resolutivas, descaracterizando atributos outros, subjetividades, experiências e histórias (reais), bem como (outras) potencialidades humanas.

Configurações próprias de determinadas políticas educacionais que, apreendidas sob dada materialidade, apenas sobrevivem a conjecturas governamentais e muitas vezes, acabam não resistindo a reiteradas vulnerabilidades, instabilidades e ausências de comprometimentos efetivos, cujas propostas e ações ocasionalmente planejadas como concretas, de desdobramentos e efeitos pretensamente resolutivos aos sujeitos e suas reais demandas, são cada vez mais fluidas e inconsistentes perante outras e consideradas pertinentes racionalidades, seus saberes e poderes institucionais – são seus jogos de verdade.

Referências

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. 16. ed. Campinas: Papirus, 1995.

ARRUDA, Dayana de Oliveira. **Discursos e práticas**: problematizações de uma proposta de educação de jovens e adultos. 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2018.

CAMPO GRANDE [MS]. Secretaria Municipal de Educação. **Traje**: travessia educacional do jovem estudante. Projeto diferenciado no ensino fundamental (proposta). Campo Grande, MS,

2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 42 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. Sobre a Arqueologia das Ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia. 1968. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). **Ditos e escritos II: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 3. ed, 2013. p. 85-123.

_____. Poderes e estratégias. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). **Ditos e escritos IV: Estratégia, poder-saber**. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2. ed, 2010a. p. 241-252.

_____. O Cuidado com a Verdade. 1984. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). **Ditos e escritos V: Ética, sexualidade, política**. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2. ed, 2010b. p. 240-251.

_____. A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade. 1984. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). **Ditos e escritos V: Ética, sexualidade, política**. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2. ed, 2010c. p. 264-287.

_____. Mesa-redonda em 20 de maio de 1978. 1980. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). **Ditos e escritos IV: Estratégia, poder-saber**. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2. ed, 2010d. p. 335-351.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. Escolarização: pacto de silêncio pela indiferença. In: OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento (Org.). **Diálogos em Foucault**. Campo Grande: Oeste, 2010. p. 135-158.

_____. Estranho medo da inclusão. **Educação**, v. 32, n. 2, p. 301-318, 2007.